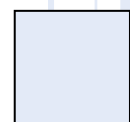
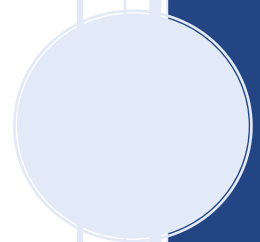


PLANO OPERACIONAL E ORÇAMENTO

2021

Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA



ÍNDICE

Nota introdutória	2
2 - Missão, visão, valores e princípios	4
3 - Contexto externo	4
4- Orientações estratégicas	5
5 - Objetivos operacionais.....	5
7 - Recursos humanos.....	12
8 – Recursos financeiros	14
9 – Plano orçamental.....	15
Siglas	20

NOTA INTRODUTÓRIA

O presente plano constitui um instrumento de operacionalização, a curto prazo, da estratégia delineada pela Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA), contemplado no programa eleitoral intitulado “*Todos na primeira trincheira – ninguém fica para trás: por uma ADFA mais forte, participativa e solidária*”, definido para o triénio 2019-2021.

Este plano reflete um conjunto diversificado de objetivos cuja ação finda em 2021. A formulação das atividades e projetos partiu de uma participação conjunta entre a Direção Nacional e Delegações, assente num compromisso de concretização estratégica definida e de linhas de orientação do “*Processo de reparação moral e material devida aos deficientes militares*”, aprovadas em Viseu, na Assembleia Geral Nacional (AGN), de 30 de março de 2019. Desde logo, a representatividade e a defesa dos direitos dos deficientes militares nas suas diversas vertentes:

- Defesa intransigente dos direitos adquiridos;
- Assegurar a preservação do Sistema de Saúde Militar;
- Potenciar a parceria do Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares (PADM) nos pólos (Lisboa, Porto, Coimbra, Madeira e Açores);
- Garantir o normal funcionamento nos processos de atribuição de produtos de apoio e dispositivos médicos;
- Consolidar o cumprimento das medidas aprovadas em AGN e definir o novo caderno reivindicativo;
- Incrementar o “*Estudo prospetivo sobre a sustentabilidade financeira da ADFA para 2020-2029*”.

A ADFA pretende dar mais visibilidade às questões dos deficientes militares intervindo junto dos Órgãos de Soberania, Instituições Militares e comunicação social; manter na agenda política o processo de inclusão e reabilitação dos deficientes militares, junto da Presidência da República, através da Casa Militar; do Conselho de Ministros, da Assessoria Militar; da Assembleia da República por intermédio da Comissão de Defesa Nacional (CDN) e Grupos Parlamentares; junto da Instituição Militar por meio do Estado-Maior-General das Forças Armadas (EMGFA) e dos Gabinetes dos três Ramos das Forças Armadas. Continuar a assegurar os contactos e a informação com o Ministério da Defesa Nacional (MDN), através da Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes (SERHAC) e da Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional (DGRDN) ao nível do Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas (CCADFA), do

PADM, da qual a ADFA é parceira, do Conselho Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes (CCAAC) e do Lar Militar através do seu Conselho Consultivo; com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), na participação na Comissão de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência e do Instituto Nacional para a Reabilitação (INR); com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) no Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência (CMIPD). Com a comunicação social a ADFA vai continuar a cooperar na difusão informações e comunicados, sempre na salvaguarda dos interesses dos deficientes militares.

Face à atual crise sanitária pandémica causada pelo SARS-COV-2 (COVID-19) que o país e o mundo atravessam veio agravar a situação de pobreza e exclusão social em Portugal e não se vislumbrando, a curto prazo, uma solução imediata faz com que as instituições reformulem as suas práticas adequando-as a esta nova realidade. A isso não é alheia a ADFA, com um universo de associados com uma média de idade de 73 anos, maioritariamente deficientes militares da Guerra Colonial, distribuídos geograficamente pelo Continente e Regiões Autónomas e que demonstram fragilidades ao nível das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Esta nova realidade vai obrigar a uma mudança de paradigma, colocando-se neste contexto novos desafios organizacionais, nomeadamente ao nível do apoio que é prestado localmente aos associados. Assim, torna-se premente repensar e reformular as práticas de apoio e as dinâmicas associativas, no sentido de a ADFA ir ao encontro dos associados, contrariamente ao modelo instituído. Para isso são necessárias mudanças prementes, nomeadamente ao nível da atualização de dados na plataforma de Gestão Interna de Sócios (GIS) e através da definição de uma estratégia de atuação eficiente e inclusiva dos associados.

A criação de condições alternativas de cariz tecnológico, cada vez mais presentes na atualidade, colocam alguns desafios quer no apoio prestado, quer na mobilização de associados para os Órgãos Sociais Nacionais (OSN) e Órgãos Sociais de Delegação (OSD).

Em 2021 haverá eleições na ADFA e irá eleger-se novos OSN e OSD, um processo cada vez mais desafiador, atendendo à média etária da grande maioria dos associados e à evanescência associativa decorrente do processo de envelhecimento.

Pretende-se que este plano seja dinâmico e espelhe as principais ações a desenvolver pela ADFA ao longo de 2021, através da execução das atividades no documento enunciadas e que visam alcançar os objetivos definidos, assim a conjuntura e as circunstâncias o permitam.

2 - MISSÃO, VISÃO, VALORES E PRINCÍPIOS



3 - CONTEXTO EXTERNO

O campo de ação da ADFA com o meio externo é diversificado e abrangente, compreendendo uma cooperação assídua com as instituições governativas, militares e civis, em torno das quais gravita a atuação da Associação, que se exemplifica no diagrama seguinte.

M
E
I
O

E
N
V
O
L
V
E
N
T
E

Poder Central e Local

Presidência da República
Assembleia da República
Governo
Partidos políticos
Autarquias

Instituições Militares e Civis

Instituições Militares
Associações Militares
Associações de Ex-Combatentes
Associações de e para Deficientes
Instituições de Ensino e Investigação
Instituições Internacionais (ADFA-PM;
Núcleo da ADFA em Hamburgo; BNMO;
FMAC)
Outras Instituições

4- ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A ação da ADFA para 2021 tem por base o conjunto de diretivas definidas por quatro eixos, transversais às orientações gerais de atuação do plano estratégico, apresentado pelos OSN, para o triénio de 2019-2021, expostos no quadro seguinte.

I - "Manteremos bem alto o estandarte dos direitos – representação"	II - "Não deixaremos ninguém para trás – apoio"	III - "Asseguraremos a continuidade da ADFA como organização viva e atuante – sustentabilidade"	IV - "Preparemos o futuro, perpetuando a memória – jamais esquecidos"
<ul style="list-style-type: none">• 1 - "Manteremos a vigilância na defesa dos direitos reconhecidos e promoveremos a consagração dos direitos ainda não declarados."• 2 - "Reforçaremos a visibilidade e o reconhecimento da causa dos deficientes militares na sociedade portuguesa e junto das instâncias políticas e governamentais, nomeadamente junto do Ministério da Defesa Nacional, Secretaria de Estado da Defesa Nacional e Direção-Geral de Recursos das Defesa Nacional, como interlocutor privilegiado e Presidência da República – Casa Militar; Assembleia da República – Comissão de Defesa Nacional, Grupos Parlamentares; Procuradoria-Geral da República; Provedoria de Justiça; Instituição Militar: CEMGFA, CEMA, CEME, CEMFA; IASFA, HFAR; Secretaria de Estado para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, Caixa Geral de Aposentações, Autarquias, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e União das Misericórdias Portuguesas."	<ul style="list-style-type: none">• 3 - "Dotaremos a ADFA de informação adequada e atualizada acerca dos seus Associados, enquanto prioridade fundamental, como elemento imprescindível de trabalho associativo."• 4 - "Propomo-nos rever e atualizar o modelo de intervenção e de serviço da ADFA no apoio aos Associados que outros não disponibilizam, ou não podem disponibilizar melhor que a ADFA."• 5 - "Reforçaremos a cooperação e dinamizaremos parcerias com outras entidades."• 6 - "Manteremos a participação solidária nas dinâmicas de promoção dos direitos das pessoas com deficiência em Portugal."	<ul style="list-style-type: none">• 7 - "Adequaremos a estrutura de representação e gestão associativa da ADFA para fazer face à evolução de número de Associados, com acentuada e rápida redução do seu número e da sua disponibilidade, em resultado do envelhecimento."• 8 - "Reorganizaremos o sistema de gestão da ADFA – planeamento, monitorização e avaliação de atividades."• 9 - "Criaremos as condições estruturais para a sustentabilidade financeira."• 10 - "Consideraremos a especificidade dos Associados da geração pós-Guerra Colonial, com uma intervenção adequada às suas necessidades e expectativas."	<ul style="list-style-type: none">• 11 - "Criaremos um Fundo de Solidariedade Associativa."• 12 - "Identificar e valorizar o património imaterial da ADFA. Reorganizar o sistema de gestão da ADFA – planeamento, monitorização e avaliação de atividades."

5 - OBJETIVOS OPERACIONAIS

Os objetivos operacionais para 2021 inserem-se nas linhas de força definida pela orientações estratégicas emanadas pela AGN, de 30 de março de 2019, que vinculam a ação da ADFA, na qual foi aprovado o processo de reparação moral e material devida aos deficientes militares:

- Que esta decisão carece de execução, sendo que as medidas previstas no processo são exequíveis desde que o Governo aprove legislação que as contemple;
- Que o XXII Governo Constitucional acolheu no seio do Ministério da Defesa Nacional, uma Secretaria de Estado dos Recursos Humanos e Antigos Combatentes;
- Que o Governo, nesta área, assumiu no seu programa que é preciso “colocar as pessoas primeiro” pelo que irá “dignificar e apoiar aos antigos combatentes, incluindo os deficientes das Forças Armadas”, assegurando que “o reconhecimento simbólico e material pelo serviço prestado pelos militares que combateram por Portugal é um dever do Estado português. Este reconhecimento deve concretizar-se através da melhoria do enquadramento jurídico que lhes é aplicável, bem como do aprofundamento de instrumentos existentes,

Plano Operacional e Orçamento

designadamente para apoio económico e social aos Antigos Combatentes e Deficientes das Forças Armadas”.

A ação da ADFA desenvolver-se-á em contatos com o poder político para que as medidas previstas no processo de reparação moral e material devida aos deficientes militares mereçam acolhimento e em tempo útil, priorizando as medidas a seguir enunciadas.

Representatividade e direitos					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
1	Alteração ao DL 167/2005, de 23 de setembro, no sentido de aos beneficiários associados ser aplicado o mesmo princípio dos beneficiários titulares, previsto no n.º 3, do art.º 13.º, na redação atual.	Nº de ações desenvolvidas	20	DN	31/12/2021
2	Aprovação de normativo legal que permita a revisão de processo, por agravamento de lesões por acidente ou doença, aos deficientes militares não DFA, nos mesmos termos em que é permitida aos abrangidos pelo DL 43/76, de 20 de janeiro.	Nº de ações desenvolvidas	20	DN	
3	Pugnar para que o aumento extraordinário das pensões seja aplicado às pensões dos deficientes militares não DFA.	Nº de ações desenvolvidas	20	DN	
4	Exigir que o Orçamento do Estado (OE) contemple verbas para as despesas com a saúde dos deficientes militares, decorrentes da Portaria 1034/2009, de 11 de setembro, com especificação de verba para produtos de apoio e dispositivos médicos.	Nº de ações desenvolvidas	15	DN	
5	Salvaguardar a aplicação inequívoca dos direitos consignados na Lei nº 26/2009, de 18 de junho e da Portaria 1034/2009, de 11 de setembro, a todos os deficientes militares.	Nº de ações desenvolvidas	2	DN	
6	Defender uma estrutura descentralizada da rede de saúde militar, defendendo as especificidade das respostas do HFAR – Pólos de Lisboa e Porto e Centros de Saúde Militar de Coimbra e Évora direcionadas para as patologias/sequelas adquiridas pelos deficientes das Forças Armadas na Guerra Colonial, nas missões de manutenção da Paz e noutros contextos militares, ao nível da Medicina Física e de Reabilitação, Ortopedia, Oftalmologia, Neurologia, Psiquiatria, Psicologia, Medicina Tropical, Urologia, Nefrologia, entre outras.	Nº de ações desenvolvidas	2	DN	

Plano Operacional e Orçamento

Representatividade e direitos					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
7	<p>Salvaguardar na organização e/ou reorganização da saúde militar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Que a nenhum título se possam colocar em causa os direitos reconhecidos aos deficientes militares na área da saúde, consignados em normativos legais, seja no seu âmbito de cobertura, seja no universo dos envolvidos, com realce para a Portaria 1034/2009; - Que a nenhum título se possa colocar em causa a responsabilidade do sistema de saúde militar pelos apoios de saúde aos deficientes militares, assegurando os adequados e especializados cuidados nesse domínio; - Que a ADM, o HFAR e outras unidades de saúde militar, nomeadamente o Centro de Saúde Militar de Coimbra, considerem e assumam os deficientes militares como um dos pilares estratégicos da sua missão e da sua ação; - Que se impõe não apenas manter as ajudas existentes, como também reforçá-las com os apoios necessários, porque não existentes, com resposta insuficiente, ou não qualificada, como é o caso dos cuidados continuados; - Ser absolutamente urgente a implementação do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio aos Deficientes Militares (SAPDM), ultrapassando os múltiplos e complexos problemas que têm afetado a atribuição de produtos de apoio, gerando maior qualidade nessa atribuição, mais rigor e racionalidade no uso dos recursos financeiros envolvidos; - Que importa assegurar uma gestão transparente dos recursos financeiros disponibilizados pelo OE para os cuidados de saúde aos deficientes militares, gerando informação rigorosa, fiável e esclarecedora. 	Nº de ações desenvolvidas	2	DN	

No campo do associativismo e da participação associativa prevê-se a continuação das habituais ações quer ao nível nacional, quer local, antecipando-se a incrementação de três novos objetivos.

Associativismo e participação associativa					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
8	<p>Debater o presente o futuro da ADFA a curto e médio prazo, em jornadas associativas nas seguintes vertentes: <i>(Cont.)</i></p>	Número de jornadas realizadas	4	DN	31/07/2021

Plano Operacional e Orçamento

Associativismo e participação associativa					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
8	<i>(Cont.)</i> - Ao nível representativo, social e económico, com foco no ato eleitoral; - A realidade estatutária (o exequível e o desajustado); - A saúde dos deficientes das Forças Armadas no novo quadro da reforma da saúde militar; <i>(Cont.)</i> - A estrutura administrativa e pessoal (Sede Nacional e Delegações); - O caderno reivindicativo aprovado em 2019 em Viseu e a definição do próximo quadro reivindicativo;	<i>(Cont.)</i> Número de jornadas realizadas	4	DN	31/07/2021
9	Promover as comemorações do 47º aniversário da ADFA, alargando os celebrações às estruturas locais e à homenagem ao Comendador José Arruda com a colocação do retrato pintado pelo Médico Barros Silva, no Edifício da Sede Nacional.	Número de ações desenvolvidas	2	DN; Delegações	31/12/2021
10	Evocar os 60 anos do início da Guerra Colonial: enquadramento e suas consequências.	Realização do colóquio	1	DN	31/12/2021

As Delegações desempenham um papel primordial na estrutura associativa, assegurando a ligação direta com os associados no Continente e Regiões Autónomas. Esta estrutura descentralizada possibilita aos associados o acesso e um conjunto de serviços de apoio, que na presente conjuntura foi compelida a alterar a forma de atendimento e a reformular as atividades de cariz associativo, muitas das quais transitaram para 2021, com pequenas *nuances* no seu campo de acção.

Neste sentido, pretende-se reforçar o incentivo à criação de condições de apoio aos associados que se encontram em situação de maior isolamento, proporcionando-lhes o acesso aos serviços essenciais de qualidade, tal como comunicações digitais, através de meios tecnológicos e uma de cooperação interativa com as estruturas locais, visto que todas as pessoas na velhice têm o direito a recursos adequados que promovam a sua inclusão social que lhes garantam uma vida digna.

Da acção das Delegações prevê-se:

- Cooperar com a DN nos Conselhos de Executivos (Cd'E), Conselho Nacional (CN) e reuniões bilaterais na reivindicação de direitos e do funcionamento administrativo e social;
- Dar continuidade de conjunto de serviços de apoio prestados no âmbito administrativo, jurídico e social;
- Definir estratégias de revitalização;

Plano Operacional e Orçamento

- Reforçar a proximidade e o contacto com os associados a nível individual e coletivo;
- Dinamizar actividades físicas e culturais;
- Cooperar a nível interinstitucional com as estruturas locais;
- Colaborar com as instituições de ensino em palestras sobre a Guerra Colonial e outras problemáticas inerentes à ação da ADFA.

Delegações					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
11	Potencializar a parceria com a Associação Mil Acessos ¹ , no âmbito do projeto BIP-ZIP – “ <i>Construir Acessos sem restrições</i> ”, para promover as acessibilidades e o envelhecimento ativo, no intuito de dar resposta aos associados e familiares residentes no concelho de Lisboa, com especial incidência para os residentes na freguesia de Santa Maria dos Olivais, onde se concentra um grande número de grandes deficientes militares.	Número de reuniões e o número de casos identificados	12	Delegação de Lisboa	31/12/2021
12	Efetuar o levantamento de todos os associados que façam uso das redes sociais, com o intuito de privilegiar este meio de contacto em contexto de pandemia.	Número de contactos	130	Delegação dos Açores	30/06/2021
13	Desenvolver condições para a criação do Centro de Documentação e memória a instalar no Edifício “Palacete Cor de Rosa”.	Número de ações desenvolvidas	2	Delegação do Porto	

A ADFA aguarda por autorização do MDN relativamente à proposta de orçamento da Rede Nacional de Apoio (RNA) para o ano de 2021. Neste sentido, mantêm-se a proposta do ano transato para os polos de Lisboa e Porto e subpolos da Madeira e Açores.

Rede Nacional de Apoio					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
14	Desenvolver uma ação de divulgação da RNA na zona geográfica da Madeira.	Número de ações	1	Coordenação da Equipa Técnica da RNA.	31/12/2021
15	Prosseguir com as consultas nas valências de psicologia, psiquiatria, clínica geral e serviço social aos ex-combatentes.	Número de consultas	1959	Equipas técnicas dos 4 polos da RNA.	

¹ A Milacessos – Cooperativa de Serviços de Solidariedade Social coordena a parceria da qual fazem parte a Junta de Freguesia dos Olivais, a Cooperativa BTUIN (consultoria para os negócios e gestão), a Associação Movimento Organizado de Vitalização do Território (AMOVIT) e a ADFA.

Plano Operacional e Orçamento

À semelhança dos anos transatos a ADFA prevê prosseguir com as candidaturas ao Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. 2022 e Apoio ao Funcionamento 2022 a Organizações Não Governamentais de Pessoas com Deficiência – ONGPD de âmbito nacional, com os projetos do CAIP e Quinta das Camélias.

Projetos					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
16	Propor a apresentação de candidaturas ao Programa de Financiamento a Projetos pelo INR, I.P. 2022 e Apoio ao Funcionamento 2022.	Número de candidaturas apresentadas	4	DN, Delegações, Contabilidade e GOS - DI	31/12/2021
17	Prosseguir com a implementação do Centro de Apoio Social do Porto (CAIP), a partir do Departamento de Apoio Integrado (DAI), através das seguintes orientações: - Definir formalmente o modelo orgânico e jurídico, após consulta aos associados; - Definir o cronograma e o plano de mobilização de recursos financeiros com a envolvimento de entidades públicas e privadas; - Iniciar a segunda fase do projeto, relativo à criação de novas respostas clínicas e sociais.	Número de ações desenvolvidas	3	Delegação do Porto	
18	Reestruturar e desenvolver a consolidação do Centro Associativo e Social do Porto (CASP).	Número de ações desenvolvidas	1	Delegação do Porto	
19	Dar continuidade com a parceria com a Associação Portuguesa de Deficientes (APD), Centro de Estudos Sociais (CES) Centro Vida Independente (CVI), e Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH) na realização do 3º ciclo de cinema Incomod'Arte - Deficiência e Sociedade.	Número de ações desenvolvidas	5	DN/ GOS-DI	

O jornal ELO, na forte ligação que mantém com os seus leitores, cuja larga maioria é constituída pelos associados da ADFA, contribui decisivamente para a união e coesão na Associação e é um meio de comunicação com a sociedade portuguesa, sendo também enviado a todos os Órgãos de Soberania, às Entidades Civas, Públicas ou Privadas e à Instituição Militar.

A Equipa do ELO também tem sob sua responsabilidade a gestão da informação no sítio da ADFA na Internet e nas Redes Sociais.

Os objetivos a que o ELO se propõe em 2021 são os seguintes:

Plano Operacional e Orçamento

Jornal ELO					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
20	Participar no projeto de revitalização financeira da ADFA.	Somatório da PUB Rodapé Consignação IRS no ELO nos meses de Fev./Mar./Abr./Mai., PUB apelo ao pagamento de quotas em todas as edições e angariar novos anunciantes para o ELO	16	Diretor; Editor; DN; Deleg. e seus Dirigentes; outras entidades públicas/privadas	31/12/2021
21	Candidatar a ADFA/ELO aos incentivos e apoios estatais para modernização do sítio da ADFA na internet ou para produção de conteúdos informativos.	Número de candidaturas	1		
22	Responder às solicitações da Plataforma da Transparência da Entidade Reguladora da Comunicação Social, bem como às interações com outros organismos reguladores da Comunicação Social (Comissão da Carteira Profissional dos Jornalistas, Sindicato dos Jornalistas e outros).	Número de contactos e informações prestadas às entidades auditoras	4	Diretor; Editor; DN; outras entidades públicas ou privadas	
23	Como tem feito desde a edição de Abril de 2020, a Equipa do ELO continuará em regime de teletrabalho, tanto no que diz respeito à gestão do jornal como ao fecho das edições, enquanto o estado de pandemia provocado pela COVID-19 a isso aconselhar.	Número de dias de fecho da edição do ELO	11	Diretor; Editor; DN; Coordenador Gráfico; Delegações e seus Dirigentes	

No contexto interinstitucional, a ADFA prevê continuar a habitual cooperação com as instituições civis e militares de âmbito nacional e local, realçando-se para 2021 a organização da Marcha pela Paz, em Belém (Lisboa) e a Corrida Comendador José Arruda no Lumiar, em Lisboa.

Cooperação interinstitucional					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
24	Organizar e realizar a Marcha pela Paz e a cerimónia das comemorações do Dia Internacional da Paz, em parceria com a Liga dos Combatentes, com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, em Belém (Lisboa).	Somatório do número de ações realizadas e do(s) evento(s)	2	DN	21/09/2021
25	Estruturar e concretizar a Corrida Comendador José Arruda, na freguesia do Lumiar, em Lisboa, no âmbito do aniversário desta autarquia.		2	DN	31/12/2021

Plano Operacional e Orçamento

Cooperação interinstitucional					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
26	Diligenciar no sentido de legalizar a situação da Quinta das Camélias, através da transferência definitiva da propriedade, da posse do MDN para posse da ADFA e celebração do contrato definitivo de direito de superfície da parte a autonomizar a favor da CML, pelo prazo de 20 anos, de forma a salvaguardar o funcionamento do Centro de Triagem e Alojamento Temporário para os Refugiados acolher na cidade de Lisboa.	Número de ações desenvolvidas	1	DN	31/12/2021
27	Colaborar com o Ministério da Defesa Nacional na realização do projeto "LINHAS DE TORRES - RUNNING CHALLENGE" com vista à realização de eventos desportivos e solidários a terem lugar anualmente estando o primeiro marcado para o dia 22 de Maio de 2021, contemplando as seguintes provas: Corrida em Linha e Estafeta (100 Km), Maratonas-corrída pedestre e equestre, Corrida (10 Km) e Caminhada para deficientes (5 Km). A ADFA, enquanto entidade beneficiária deste evento, será responsável pela recolha de fundos e patrocínios, registo contabilístico de todo o movimento financeiro e prestação de contas.	Somatório das ações desenvolvidas	15	DN	22/05/2021

As dinâmicas de gestão interna centram-se em ações previstas para a Sede Nacional e Delegações relacionadas, essencialmente, com a manutenção e preservação do edificado e da rede informática.

Ações/atividades internas					
Nº	Objetivo	Indicador	Meta	Resp.	Data
28	Reparar os terraços norte e sul do piso 1 e rampa do edifício da Sede Nacional.	Número de ações	1	Direção Nacional; Património	31/12/2021
29	Proceder à modernização da rede estruturada, passagem para cabo CAT6, do edifício da Sede Nacional.	Número de ações	1	DN; Informática	
30	Transferir os serviços da Delegação do Porto para o edifício Palacete Cor de Rosa.	Número de ações	1	Delegação do Porto	

7 - RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos, dirigentes em regime de voluntariado e trabalhadores, que integram os recursos da ADFA cingem-se aos referenciados nos quadros seguintes.

Plano Operacional e Orçamento

Órgãos Dirigentes				
Âmbito	Categoria	Área de atividade	Nº	Total
Nacional	Dirigentes	Órgão Deliberativo ²	16	26
		Órgão Executivo ³	7	
		Conselho Fiscal ⁴	3	
Local/Regional	Dirigentes	Órgão Deliberativo ⁵	93	177
		Órgão Executivo ⁶	54	
		Conselho Fiscal ⁷	30	
Total:			203	203

Trabalhadores e Colaboradores					
Âmbito	Carreira/Categoria	Área de atividade	Nº	Total	Total geral
Nacional	Técnico superior	Jurídica; Contabilidade e Biblioteca e Documentação	3	9	12
	Técnico de contabilidade de 2ª	Contabilidade	1		
	Técnico de computadores de 3ª	Informática	1		
	Técnica de secretariado	Serviços Administrativos	1		
	Encarregada de restauração	Restauração	1		
	Cozinheira de 2ª		1		
	Motorista	Serviços de Apoio	1		
	Prestadores de Serviços	Jurista	1	3	
	Serviços de Apoio	2			
Local	Técnico superior	Psicologia; Serviço Social	4	30	55
	Técnico de gestão	Serviços Administrativos	1		
	Técnico administrativo		6		
	Assistente administrativo de 1ª		8		
	Assistente administrativo de 2ª		2		
	Assistente administrativo de 3ª		1		
	Fisioterapeuta coordenador		Saúde		
	Terapeuta ocupacional	1			
	Monitora	1			
	Auxiliar de ação direta	1			
	Motorista	Serviços de Apoio	1		
	Trabalhador de limpeza	Limpeza	3		
	Prestadores de Serviços ⁸	Técnicos (Saúde, Jurista, Psicologia, Serviço Social, Informática e Educação Física)	22		
		Monitores e outros	3		
Total			67	67	67

² Engloba a MAGN e o CN.

³ Inclui a DN.

⁴ Abrange o CFN.

⁵ Abrange as Mesas de Assembleia Gerais de Delegação.

⁶ Abarca as Direções de Delegações.

⁷ Integra os Conselhos Fiscais de Delegação.

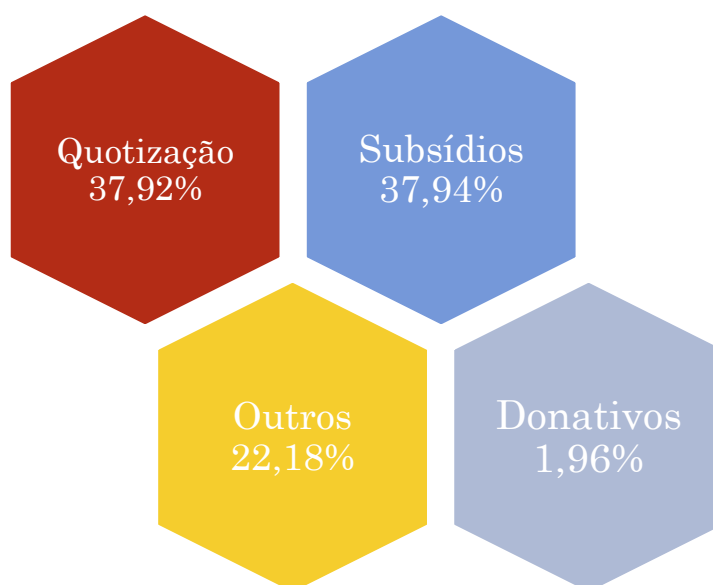
⁸ Distribuídos pelas Delegações de Lisboa (11), Porto (7), Açores (3), Madeira (3) e Famalicão (1).

Em 2021 pretende-se concluir o trabalho de análise sobre a estrutura dos gastos e necessária reestruturação, se as condições o permitirem, a ADFA definir oportunamente um modelo de gestão sustentável aceitável, viável e equitativo a implementar na instituição. Uma eventual mudança na estrutura organizacional da ADFA acarretará desafios e um comprometimento por parte de todos os envolvidos.

Ao nível dos recursos humanos a ADFA vai continuar a apostar, dentro do possível, na formação profissional dos seus trabalhadores, tendo em vista a aquisição de competências, a motivação e a eficiência.

8 – RECURSOS FINANCEIROS

Financeiramente a ADFA dispõe de duas fontes principais, a subvenção do MDN e a receita da quotização e outros recursos financeiros (restauração, serviços médicos, donativos e outros) exemplificados no diagrama subsequente. No quadro das ações e as atividades a desenvolver em 2021, a estimativa das receitas em percentagem distribuem-se de seguinte modo:



Plano Operacional e Orçamento

9 – PLANO ORÇAMENTAL



11/09/2020

DESCRIÇÃO	NOTAS	ORÇAMENTO PARA 2020	ORÇAMENTO PARA 2021
RECEITAS			
RENDIMENTOS DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA		1 308 658	1 256 126
Quotização	1	646 289	614 837
Dotação das Delegações-Custos com Pessoal		449 927	455 069
Dotação das Delegações-Custos Jornal ELO		18 279	17 346
Dotação das Delegações- Quotização		92 327	87 835
Dotações-Despesas de Funcionamento		29 036	28 739
Eventos Sociais-Recuperação de Despesas		72 800	52 300
VENDAS	2	164 580	70 200
Bares/Restaurantes		164 580	70 000
Outros			200
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3	138 676	156 927
Serviço Médico		136 376	149 277
Serviço Jurídico			4 000
Secretaria		1 600	1 500
Outros		700	2 150
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	4	352 867	315 193
Comissão em Viaturas		13 720	
Cartão Galp - Comissões		5 142	4 304
Jornal ELO-Publicidade		2 100	
RNA-Rede Nacional de Apoio-Recup Despesas		117 517	118 364
INR-Instituto Nac Reabilitação-Recup Despesas		20 000	20 000
CAO-Centro Apoio Ocupacional-Recup Despesas		129 348	133 875
Outros Proveitos Suplementares		65 040	38 650
PROVEITOS GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	5	59 543	68 801
Donativos		31 143	31 717
Outros Proveitos Extraordinários		28 400	37 084
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		275	115
Juros de Depósitos a Prazo		275	115
TOTAL RECEITAS		2 024 599	1 867 362
DESPESAS			
GASTOS DA ATIVIDADE ASSOCIATIVA	6	703 642	667 689
Dotações à Sede - Custos c/ Pessoal		449 927	455 069
Dotações à Sede - Jornal ELO		18 279	17 346
Dotações à Sede - Quotização		92 327	87 835
Dotações-Despesas de Funcionamento		29 036	28 739
Subsidio Núcleos		4 500	2 500
Apoios a Associados		22 543	10 700
Eventos Sociais		87 030	65 500
CUSTO DAS MERCADOR. VENDIDAS MATÉR. PRIMAS CONSUMIDAS	7	79 080	35 700
Compras Bar/Restaurante		79 080	35 700
CUSTOS COM O PESSOAL	8	700 071	701 090
Remunerações		698 071	682 890
Formação		2 000	200
Outros			18 000
FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS	9	660 064	703 465
Eletricidade		37 639	43 157
Combustíveis		17 300	12 734
Água		10 490	9 558
Outros fluidos		5 780	4 240

Plano Operacional e Orçamento

DESCRIÇÃO	NOTAS	ORÇAMENTO PARA 2020	ORÇAMENTO PARA 2021
Ferramentas e Utensílios		3 850	4 050
Livros Doc Técnica		400	950
Material Escritório		13 587	12 650
Rendas e Alugueres		15 655	13 938
Despesas de Representação		10 350	8 800
Telefone e Correio		40 263	38 687
Circuitos de Comunicação Eletrônica			3 955
Seguros		10 518	14 299
Deslocações Órgãos+Trabalhadores		61 281	39 091
Honorários		208 789	273 660
Contencioso e Notariado		3 800	4 000
Conservação e Reparação		93 632	76 800
Limpeza Higiene e Conforto		28 802	30 442
Vigilância e Segurança		10 420	19 500
Serviços Informáticos			14 469
Trabalhos Especializados		19 749	6 563
Outros Fornecimentos e Serviços		67 759	71 922
IMPOSTOS		8 600	1 600
Impostos Diversos		8 600	1 600
OUTROS GASTOS E PERDAS	10	69 210	22 625
Quotas Diversas		2 135	2 060
AGN/CN/Reunião Executivos/Acto Eleitoral		9 000	7 950
Relações Internacionais		5 000	2 500
Outros Custos e Perdas		53 075	10 115
CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS		100	0
Donativos		100	
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS		4 945	4 845
Serviços Bancários		4 945	4 845
RESULTADO ANTES DAS AMORTIZAÇÕES		-201 113	-269 652
AMORTIZAÇÕES EXERCÍCIO	11	45 062	67 191
Edifícios e Outras Construções		20 438	25 728
Equipamento Básico		2 874	4 287
Equip Administrativo		6 250	12 661
Outras Imobilizações Corporeas		15 500	24 515
TOTAL DESPESAS		2 270 774	2 204 205
RESULTADO ANTES DE SUBSÍDIOS		-246 175	-336 843
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO		343 050	342 950
Ministério da Defesa Nacional	12	324 000	324 000
Outros Subsídios	13	19 050	18 950
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	14	96 875	6 107

INVESTIMENTOS			
DESCRIÇÃO		2020	2021
Equipamento de Reabilitação		6 352	
Equipamento de Escritório		900	
TOTAL DOS INVESTIMENTOS		7 252	0
MEIOS LIBERTOS (Resultado do Exercício-Investimentos+Amortizações)		134 685	73 298

Plano Operacional e Orçamento

DESCRIÇÃO	NOTAS	ORÇAMENTO PARA 2020	ORÇAMENTO PARA 2021
-----------	-------	---------------------	---------------------

NOTAS EXPLICATIVAS

A Associação dos Deficientes das Forças Armadas-ADFA é uma organização com a existência de 46 anos, que está estruturada com base na sua Sede localizada em Lisboa e com 12 Delegações que cobrem todo o País e Ilhas, com o propósito de maior proximidade entre a mesma e os seus Associados.

A ADFA procura gerar as suas próprias receitas através de quotização dos seus Associados sem que dispense o necessário apoio do Ministério da Defesa Nacional-MDN naquele que é a atribuição da Subvenção ao Funcionamento desde sempre recebida pelo relevante serviço que a ADFA presta de apoio aos deficientes militares, complementando muitas das funções inerentes ao próprio MDN.

A ADFA submete à consideração do MDN a proposta de orçamento para o ano económico de 2021 para efeitos de atribuição da subvenção anual destinada ao seu funcionamento.

Tem a presente proposta a finalidade de cumprir atempadamente as nossas obrigações perante o MDN tendo sido elaborada a partir da proposta apresentada para o ano de 2020 e corrigida com a execução orçamental do primeiro semestre do ano em curso de 2020, incluindo as 12 Delegações da ADFA.

Em 11 de Setembro de 2015 foi celebrado um Protocolo de Cooperação entre o MDN e a ADFA para implementação e desenvolvimento do PADM - Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares que é fundamental para a assistência e reabilitação integrada e articulada de todos os deficientes militares, Associados ou não da ADFA.

Posteriormente será remetido ao MDN o Relatório de Atividades e Contas de 2020 depois de aprovado em Assembleia Geral Nacional Anual da ADFA, com a adequada autonomização da aplicação da Subvenção recebida.

NOTAS EXPLICATIVAS (Continuação)

1 - Quotização: O valor da quotização teve um acréscimo significativo em 2020 resultante do aumento da quota mensal paga pelos Associados que passou de 5,5 euros para 7 euros. Para 2021 prevemos um valor inferior ao estimado para 2020 como resultado de maior número de Associados que estão a solicitar o perdão de quotas, previsto nos Estatutos, e pela redução progressiva do número de Associados activos, por motivo de falecimento. A idade média dos DFA, atualmente de 73 anos e a reduzida esperança de vida decorrente das suas incapacidades vai ter um impacto significativo na realização desta receita.

2 - Vendas-Bares e Restaurantes: O valor previsto para 2021 apresenta uma redução significativa em relação a 2020 decorrente do impacto do COVID-19 que obrigou ao fecho dos refeitórios e à redução do número de refeições servidas.

3 - Prestação de Serviços: Em 2020, como resultado do impacto do COVID-19, houve uma redução significativa no número de consultas e tratamentos. A variação para mais prevista em 2021 resulta da entrada em funcionamento da especialidade de Estomatologia na Clínica de Lisboa.

4 - Outros Rendimentos e Ganhos: A variação para menos tem a sua origem na redução de comissões na venda de viaturas adaptadas para deficientes e no impacto previsto da COVID-19 em atividades diversas.

5 - Proveitos e Ganhos Extraordinários: Esta rubrica contempla os Donativos de Associados e Outras Entidades e a Consignação de impostos.

6 - Gastos da Atividade Associativa: Os valores indicados nesta rubrica são contrapartida dos valores indicados na rubrica Rendimentos da Atividade Associativa, não tendo portanto impacto no Orçamento por se compensarem entre si.

7 - Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Primas Consumidas: O valor indicado nesta rubrica apresenta o impacto da redução verificada na Nota 2-Vendas

8 - Custos com o Pessoal: O valor desta rubrica corresponde ao custo das remunerações que se prevê pagar a todos os Trabalhadores da Associação neles se incluindo os que prestam serviço nas nossas Delegações. Não está previsto nenhum aumento de ordenados para além de ajustamentos pontuais decorrentes da aplicação dos Acordos Salariais.

9 - Fornecimentos e Serviços Externos: Nesta conta, prevemos reduções em diversas rubricas resultantes do impacto da COVID-19. O aumento previsto na rubrica de honorários está relacionado com a entrada em funcionamento da especialidade de Estomatologia (Ver Nota 3). Continuamos a prever um valor significativo na rubrica Conservação e Reparação relativo à substituição da cobertura da nossa Sede cuja idade (27 anos) está a provocar problemas que necessitam de intervenção urgente.

10 - Outros Gastos e Perdas: Prevemos uma redução de custos na rubrica Outros Custos e Perdas que tem a sua contrapartida na rubrica Outros Proveitos e Ganhos (Nota 4)

11 - Amortizações: Os valores previstos nesta rubrica respeitam às amortizações de Benfeitorias em Imóveis, Mobiliário, Equipamento Administrativo e Equipamento Informático. O imóvel da Sede não está a ser amortizado.

12 - Ministério da Defesa Nacional: respeita ao valor do Subsídio ao Funcionamento que tem vindo a ser atribuída à ADFA e que esperamos se mantenha para o ano de 2021

Plano Operacional e Orçamento

DESCRIÇÃO	NOTAS	ORÇAMENTO PARA 2020	ORÇAMENTO PARA 2021
13 - Outros Subsídios: O valor inscrito nesta rubrica respeita essencialmente ao subsídio concedido à nossa Delegação nos Açores pelo Governo Regional			
14 - Resultado do Exercício: Em linha com o que tem vindo a acontecer no passado praticaremos, em 2021, uma gestão equilibrada na nossa Associação, pautada por rigor e transparência pois, para além da responsabilidade para com os Associados, temos consciência de que estamos a utilizar dinheiros públicos. Contudo, para além de um equilíbrio entre Receitas e Despesas, poderemos vir a debatem-nos com problemas de liquidiz decorrentes da dívida do IASFA que, apesar da redução significativa verificada no mês de Novembro, ainda regista um montante aproximado de 100.000 euros. O Resultado apresentado é o somatório dos resultados de todas as Delegações que têm uma gestão autónoma, (algumas com atividade deficitária), sendo essencialmente fruto da quotização paga pelos Associados.			

A Direção Nacional



Manuel Lopes Dias

Presidente



Manuel Garcia Miranda

Vice-Presidente



Carlos Fanado

Secretário



Ludgero Sequeira

1º Vogal



Liakatali Fakir

3º Vogal



Armindo Marques Matias

Tesoureiro

SIGLAS

ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas	DI – Documentação e Informação
ADFA – PM - Associação dos Deficientes das Forças Armadas Portuguesas em Maputo	DL – Decreto-Lei
ADM – Assistência na Doença aos Militares	DN – Direção Nacional
AGN – Assembleia Geral Nacional	ECO – Economato
APD – Associação Portuguesa de Deficientes	EMGFA - Estado-Maior-General das Forças Armadas
AREP – Associação de Resistência Equestre Portuguesa	FMAC – Federação Mundial de Antigos Combatentes
BNMO – Bond van Netherlands Militaire War and Service Victims (Associação das Vítimas Militares de Guerra e Serviço, da Holanda)	GIS - Gestão Interna de Sócios
CAIP – Centro de Apoio Integrado do Porto	GOS – Gabinete dos Órgãos Sociais
CASP – Centro Associativo e Social do Porto	HFAR – Hospital das Forças Armadas
CAT - Categoria	INR – Instituto Nacional para a Reabilitação
CCAAC - Consultivo de Apoio aos Antigos Combatentes	MAGN – Mesa da Assembleia Geral Nacional
CCADFA - Conselho Consultivo para os Assuntos dos Deficientes das Forças Armadas	MDN – Ministério da Defesa Nacional / Ministro da Defesa Nacional
Cd'E – Conselho de Executivos	ODDH - Observatório da Deficiência e Direitos Humanos
CDN - Comissão de Defesa Nacional	OE – Orçamento de Estado
CES – Centro de Estudos Sociais, da Universidade de Coimbra	ONGPD – Organização Não Governamental de Pessoas com Deficiência
CFN – Conselho Fiscal Nacional	OSD - Órgãos Sociais de Delegação
CMIPD - Conselho Municipal para a Integração da Pessoa com Deficiência	OSN – Órgãos Sociais Nacionais
CML – Câmara Municipal de Lisboa	PADM - Plano de Ação para Apoio aos Deficientes Militares
CN – Conselho Nacional	PAT – Património
CON – Contabilidade	PUB – Publicidade
CVI – Centro Vida Independente	RHLT – Rota Histórica das Linhas de Torres
DAI - Departamento de Apoio Integrado	RNA - Rede Nacional de Apoio
DFA – Deficiente das Forças Armadas	RSGC – Recrutamento, seleção e Gestão de Carreira
DFRH – Departamento Financeiro e Recursos Humanos	SA – Serviços Administrativos
DGRDN - Direção Geral de Recursos da Defesa Nacional	SAPADM - Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio aos Deficientes Militares
	SERHAC - Secretária de Estado de Recursos Humanos e Antigos Combatentes
	SJN – Serviço Jurídico Nacional
	TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação